



RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DO FORUM PARLAMENTAR DA SADC PARA A IGUALDADE DE GÊNERO, PROMOÇÃO DA MULHER E DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE (GEWAYD) À 56.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA ORGANIZADA PELO PARLAMENTO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA A PARTIR DO DIA 8 A 15 DE DEZEMBRO DE 2024

Senhor Presidente, peço que a 56.^a Assembleia Plenária adopte o Relatório da Comissão Permanente para a Igualdade de Género, a Promoção das Mulheres e o Desenvolvimento da Juventude (GEWAYD), apresentado no dia 11 de Dezembro de 2024

ÍNDICE

1.0	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	3
2.0	TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO	3
3.0	NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES	3
4.0	ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL	3
5.0	ANÁLISE DAS QUESTÕES FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DA COMISSÃO	4
5.1	Apelo a esforços concertados para combater a violência contra as mulheres na política e nas eleições (VAWPE) e eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e Meninas	4
5.2	Apelo aos Deputados do FP da SADC para que defendam a igualdade de género nos cargos políticos e de tomada de decisões e para que tomem medidas legislativas e outras para promover a igualdade de género	5
5.3	Apelo ao FP da SADC para que promova o empoderamento e a participação da juventude nos processos políticos, económicos e outros processos de tomada de decisão da região da SADC	5
5.4	Progressos na transformação do FP da SADC para que seja um Parlamento da SADC	5
6.0	RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	6
6.1	Apresentação do Projecto de Quadro Revisto da SADC para Alcançar a Paridade de Género na Política e nos Cargos de Tomada de Decisão até 2035	6
6.2	Medidas legislativas e de supervisão para reforçar a aplicação dos quadros regionais de paridade de género a nível nacional	6
6.3	Combater o Casamento Prematuro e a Violência Baseada no Género entre os jovens através de órgãos legislativos e programas de educação 6	6
6.4	Medidas para garantir o acesso equitativo das mulheres e dos jovens à educação e ao desenvolvimento de competências	7
6.5	Melhorar a representação dos jovens nos processos de tomada de decisão a nível nacional e regional	7
6.6	Iniciativas para reduzir a exclusão digital das mulheres e dos jovens, especialmente nas comunidades rurais	8
7.0	DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	8
8.0	APÊNDICES	12

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Na data da reunião, o Comissão foi composta pelos seguintes membros:

1. Exc. Sra. Princess Kasune (**Presidente**), Zâmbia
2. Exc. Senador Thato Mako Mohale (**Vice-Presidente**), Lesoto
3. Exc. Sra. Teresa José Adelina Neto, Angola
4. Botsuana (O Parlamento foi dissolvido enquanto se aguardam pelas eleições de 30 de Outubro de 2024)
5. Exc. Sra. Cathy Moleka Sakombi RDC
6. Exc. Sra. Nokuthula Dlamini Eswatini
7. Madagáscar (O membro ainda não foi nomeado, após as eleições gerais de 29 de Maio)
8. Malawi (O membro ainda não foi nomeado para a comissão)
9. Ilhas Maurícias (O Parlamento foi dissolvido antes das eleições do dia 10 de Novembro)
10. Moçambique (O Parlamento foi dissolvido antes das eleições do dia 9 de Outubro)
11. Exc. Sra. Paula Kooper, Namibia
12. Exc. Sra. Regina Esparon, Seicheles
13. África do Sul (membro ainda não foi designado após as eleições gerais de 29 de Maio)
14. Exc. Sra. Shally Josepha Raymond, Tanzânia
15. Esc. Sr. Maybe Mbowa Zimbabué

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO

A Comissão Permanente GEWAYD trata de questões de igualdade de género, promoção e empoderamento das mulheres, desenvolvimento da juventude e crianças, conforme estipulado nos seus Termos de Referência ao abrigo do Artigo 42º (a) do Regulamento Interno do Fórum Parlamentar da SADC.

3.0 NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES

A Comissão GEWAYD realizou a sua sessão de audiência pública virtual no dia 23 de Outubro de 2024 sob o tema: *“Alavancar o papel do Fórum Parlamentar da SADC na facilitação da participação dos cidadãos na integração regional da SADC para uma maior responsabilização e um desenvolvimento socioeconómico inclusivo”*.

4.0 ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL

A Sessão de Audiência Pública de 2024 destacou a importância da participação dos cidadãos e o papel estratégico do FP da SADC na promoção da responsabilização, do desenvolvimento inclusivo e da coesão social no âmbito dos esforços de integração da SADC. Ao longo dos anos, o FP da SADC manteve-se empenhado em envolver os cidadãos nos processos legislativos, em particular na promoção da igualdade de género, da capacitação dos jovens e da inclusão social.

A Comissão GEWAYD centrou-se na forma em que os Parlamentos da SADC podem melhorar as suas funções legislativas, de supervisão e de representação para promover a participação inclusiva dos cidadãos, em especial das mulheres e dos jovens. A sessão explorou estratégias para promover a paridade de género e o desenvolvimento dos jovens, abordando desafios e oportunidades em áreas como o emprego dos jovens, a educação, o empreendedorismo e a representação na tomada de decisões. Embora se reconheçam os progressos na representação das mulheres e dos jovens, a Comissão constatou que continuam a existir desafios, nomeadamente as disparidades de género nos cargos de liderança e os obstáculos para as comunidades rurais e marginalizadas. Elogiou os esforços de transpor nos regimentos jurídicos internos dos países a Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Prematuro, reforçando o empenho do FP da SADC na protecção dos direitos das mulheres e das crianças.

A Comissão analisou o Quadro de Paridade de Género da SADC revisto, que é uma actualização do quadro de 2009 destinada a abordar as disparidades de género existentes. Embora reconhecendo marcos históricos, tais como a Declaração da SADC de 1997 sobre Género e Desenvolvimento e o Protocolo de 2008, a Comissão anotou a contínua sub-representação das mulheres em cargos de liderança, sublinhando a necessidade de acção imediata. A Comissão aprovou o quadro revisto, que visa reforçar ainda mais o envolvimento político das mulheres nos Estados-Membros da SADC. Os debates foram apoiados por informações das Mulheres da ONU, que salientou a urgência de quotas de género e de medidas para combater a violência contra as mulheres no sector político. A audiência pública também abordou questões como o emprego dos jovens na economia digital, o papel dos parlamentos na promoção da paridade de género e recomendações de reformas políticas para melhorar a representação dos jovens e promover um ambiente legislativo mais inclusivo.

5.0 ANÁLISE DAS QUESTÕES FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DA COMISSÃO

A comissão analisou algumas questões fundamentais antes de passar à sessão de formação, como se segue:

5.1 Apelo a esforços concertados para combater a violência contra as mulheres na política e nas eleições (VAWPE) e eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e Meninas

A Comissão registou os esforços do Secretariado, que trabalha em colaboração com várias organizações da sociedade civil para defender a transposição de leis-modelo para proteger os direitos das mulheres e das meninas. A este respeito, a Comissão acolheu a iniciativa do FP da SADC de co-organizar uma reunião regional sobre a Lei Modelo da SADC quanto a Erradicação do Casamento Prematuro em Lusaca, Zâmbia, do dia 19 a 23 de Agosto de 2024, para analisar os progressos realizados na transposição da Lei Modelo e promover as melhores práticas. A reunião, oficialmente aberta pela Presidente

Exc. Kasune, como também pelo Ministro da Justiça da Zâmbia e pela Secretária-Geral Exc. Sekgoma, que proferiu a palestra e também estabeleceu um conjunto de práticas para acabar com o casamento prematuro e apresentou um roteiro de implementação.

5.2 Apelo aos Deputados do FP da SADC para que defendam a igualdade de género nos cargos políticos e de tomada de decisões e para que tomem medidas legislativas e outras para promover a igualdade de género

A Comissão tomou nota da colaboração em curso entre o FP da SADC e o Secretariado da SADC para rever o Quadro de Paridade de Género da SADC como membro do Grupo de Trabalho Técnico. O Quadro fornece directrizes para os Estados-Membros cumprirem os compromissos relativos à participação das mulheres em funções políticas e de tomada de decisão, em conformidade com os artigos 12º e 13º do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. A Comissão acolheu com agrado a oportunidade de aproveitar as abordagens parlamentares durante a revisão do quadro e da sua matriz de aplicação.

5.3 Apelo ao FP da SADC para que promova o empoderamento e a participação da juventude nos processos políticos, económicos e outros processos de tomada de decisão da região da SADC

A Comissão elogiou os esforços contínuos do FP da SADC no sentido de manter a dinâmica do envolvimento dos jovens. Isto incluiu dar prioridade aos contributos dos jovens durante as audiências públicas. A Comissão elogiou igualmente o empenho dos jovens por parte da Secretária-Geral, que proferiu um discurso de abertura no 6º Fórum da Juventude da África Austral, realizado no dia 10 a 13 de Agosto em Harare, no Zimbabué, à margem da 44ª Cimeira da SADC. O Fórum reuniu 300 jovens dos 16 Estados Membros da SADC. Além disso, a Comissão acolheu a inovação de convidar um representante dos jovens para intervir na sessão da Assembleia Plenária sobre as questões da juventude na região da SADC. A Comissão recordou igualmente a resolução da Assembleia Plenária de criar um Grupo de Jovens do FP da SADC e decidiu promover a sua implementação.

5.4 Progressos na transformação do FP da SADC para que seja um Parlamento da SADC

A Comissão tomou nota dos progressos realizados no que diz respeito à transformação do FP da SADC num Parlamento da SADC, tendo os 12 Estados-Membros, que são necessários, assinado o Acordo que altera o Tratado para estabelecer o Parlamento da SADC como uma das instituições da SADC, nos termos do artigo 9º (1). O Acordo entrou em vigor no dia 11 de Julho de 2024. A Comissão tomou ainda nota de que o Projecto de Protocolo que institui o Parlamento da SADC foi divulgado aos Estados-Membros, tendo-lhes sido dado um prazo de 6 meses para apresentarem comentários ao Secretariado.

6.0 RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

6.1 Apresentação do Projecto de Quadro Revisto da SADC para Alcançar a Paridade de Género na Política e nos Cargos de Tomada de Decisão até 2035

O Dr. Makanatsa apresentou o Quadro de Paridade de Género da SADC revisto, destacando as barreiras persistentes à plena participação das mulheres em cargos políticos e de tomada de decisão em toda a região da SADC, incluindo questões sobre a pobreza, normas culturais enraizadas e sistemas eleitorais discriminatórios, como o sistema eleitoral de maioria simples, que limitam a representação das mulheres. O Quadro visa alcançar a paridade de género até 2035, instando os Estados-Membros a adoptarem sistemas eleitorais sensíveis ao género e quotas para apoiar a participação política das mulheres, com recomendações específicas para os órgãos legislativos, executivos, judiciais e autoridades locais, a fim de promover ambientes inclusivos e sensíveis ao género.

As principais acções incluem quotas de género, reformas legislativas e protecção contra a discriminação e a violência, sublinhando a importância de apoiar as mulheres marginalizadas e reconhecendo as contribuições das mulheres da África Austral para a paz regional como prova da sua capacidade de liderança. Para apoiar estas metas, a Matriz de Implementação do Quadro delineia seis objectivos estratégicos para reforçar as políticas, monitorizar os progressos e enfrentar as ameaças emergentes à liderança das mulheres, como o *cyberbullying*, defendendo simultaneamente uma maior igualdade de género em todos os sectores.

6.2 Medidas legislativas e de supervisão para reforçar a aplicação dos quadros regionais de paridade de género a nível nacional

Foram apresentadas duas propostas neste domínio: Exc. Hilda Macheso, deputada da Juventude Parlamentar da África Austral pelo Malawi, salientou a necessidade de paridade de género, defendendo a representação igual de mulheres e homens e delineando os principais quadros de igualdade. Referiu desafios como a sub-representação, as disparidades económicas e a fraca aplicação das políticas. A Sra. Susan Tolmay, ligada a *Gender Links*, nas questões sobre Género e Governança, apresentou o Barómetro de 2024 sobre a Participação Política das Mulheres em África, registando progressos na região da SADC, mas destacando as barreiras existentes, como a violência contra as mulheres na política, a representação limitada dos jovens e os obstáculos socioeconómicos que impedem à plena participação das mulheres.

6.3 Combater o Casamento Prematuro e a Violência Baseada no Género entre os jovens através de órgãos legislativos e programas de educação

As apresentações de Washington Mumbamarwo, um perito em comunicações do Fórum da Juventude da África Austral (SAYOF), e de representantes da

Women of the South Speak Out (WOSSO) e da *She-Hive Association* abordaram questões cruciais com que se defrontam os jovens, especialmente as mulheres jovens na África Austral. Mumbamarwo salientou o impacto da pobreza, das normas culturais e da falta de educação no casamento prematuro e na violência baseada no género (VBG) entre os jovens, sublinhando a necessidade de uma acção legislativa e comunitária. Refiloe Harris, da She-Hive, juntamente com Veronika Haimbili e Vimbai Nyika, da WOSSO, discutiram os desafios das mulheres jovens, incluindo o casamento prematuro, a violência baseada no género, o acesso limitado aos cuidados de saúde e as práticas de aborto inseguros, apelando a serviços de saúde sexual e reprodutivo abrangentes e à despenalização do aborto.

6.4 Medidas para garantir o acesso equitativo das mulheres e dos jovens à educação e ao desenvolvimento de competências

Foram recebidas três contribuições no âmbito desta área temática, uma das contribuições de Ludo Sekga, um advogado de direitos humanos do Centro Africano para a Governação, outra de Antsaniavo Rameliniaina, um Jovem Parlamentar da África Austral, Madagáscar e também de Fundile Nkala, um Jovem Parlamentar da SADC, Zimbabué. As apresentações destacaram a necessidade urgente de um acesso equitativo à educação e ao desenvolvimento de competências para as mulheres e os jovens da região da SADC, em especial para os grupos marginalizados. Os três oradores sublinharam a importância de enfrentar desafios como a inadequação dos recursos, a inclusão limitada do género e as desigualdades intersectoriais. Sublinharam a necessidade de políticas de educação inclusivas, de capacitação económica, de sistemas de aprendizagem flexíveis, de um ensino culturalmente sensível e de um maior envolvimento da comunidade para criar uma mudança duradoura.

6.5 Melhorar a representação dos jovens nos processos de tomada de decisão a nível nacional e regional

Foram recebidas duas propostas no âmbito da área temática: uma de Mandipa Ndlovu, Investigador em Governação e Consultor em Prospectiva Estratégica, sobre “Integração da reflexão sobre o futuro na SADC : Aproveitar os Quadros Existentes para o Desenvolvimento Inclusivo”, e o outro por Maureen Shonge da ONU Mulheres - África Oriental e Austral. Ndlovu apresentou o pensamento futuro como uma ferramenta para aumentar a resiliência e o planeamento a longo prazo na região da SADC, salientando a necessidade de políticas centradas no género e na juventude para colmatar as lacunas nos dados, na transformação digital e no apoio legislativo. A apresentação de Shonge centrou-se na promoção da participação dos jovens na governação a nível nacional e regional, salientando a criação de ambientes inclusivos, o reforço de capacidades, a orientação e as plataformas para as vozes dos jovens nos debates políticos.

6.6 Iniciativas para reduzir a exclusão digital das mulheres e dos jovens, especialmente nas comunidades rurais

Foram recebidos dois contributos no âmbito desta área temática, do Sr. Ompha Tshamano, Responsável do Projecto no Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória, e de Sally Ncube, Representante Regional para a África Austral da *Equality Now*. Ambos salientaram o impacto da exclusão digital nas comunidades rurais, em especial nas mulheres e nos jovens. A falta de acesso à Internet e de ferramentas digitais agrava as desigualdades, limitando a inclusão económica, educativa e social. Barreiras como os desafios psicológicos, materiais, e desafios relacionados com as competências, juntamente com a infra-estrutura digital insuficiente nas zonas rurais, contribuem para a exclusão social e económica, o acesso limitado aos cuidados de saúde, à educação e a pobreza enraizada. Ambas as apresentações sublinharam a urgência de colmatar esta divisão para promover a participação inclusiva na economia digital e resolver as disparidades regionais.

7.0 DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Após as apresentações dos peritos e dos cidadãos, a Comissão deliberou sobre as questões levantadas e decidiu recomendar à 56.^a Assembleia Plenária o seguinte:

Sobre as medidas legislativas e de supervisão para reforçar a aplicação dos quadros regionais de paridade de género a nível nacional:

- i. **Acolher** com agrado a revisão do Quadro da SADC para a Paridade de Género e com o envolvimento dos parlamentares e sublinhou a importância do cumprimento através da implementação efectiva e do reforço dos mecanismos de responsabilização para um progresso tangível no sentido da paridade de género em todos os sectores na região da SADC.
- ii. **Observar** a necessidade urgente de colmatar as lacunas legislativas na regulamentação das ferramentas digitais, da inteligência artificial e das redes sociais, que contribuíram para a desinformação e a Violência cibernética, em particular contra as mulheres na política, salvaguardando simultaneamente a liberdade de expressão.
- iii. **Salientar** a necessidade de introduzir quotas constitucionais ou legislativas de paridade de género nos cargos de decisão, de adoptar sistemas eleitorais mais inclusivos e de nomear mulheres para funções estratégicas, especialmente nos domínios da política social que afectam os grupos marginalizados.
- iv. **Reiterar** a importância de eliminar os obstáculos financeiros que se colocam às mulheres no sector político através de leis de financiamento dos partidos políticos que apoiem as campanhas das mulheres, incluindo uma ligação do financiamento público à paridade de género.

- v. **Salientar** o papel fundamental do Parlamento na consecução da paridade de género, incluindo a promulgação de leis baseadas nos direitos, a transposição para o direito nacional dos compromissos regionais e internacionais em matéria de participação política das mulheres, a criação de comissões centradas no género e a garantia de que todos os resultados parlamentares eliminam a discriminação na base do género.
- vi. **Salientar** a importância da parceria com a sociedade civil na defesa da paridade de género e na garantia do seu cumprimento, nomeadamente através de acções judiciais de interesse público em caso de incumprimento das leis e políticas existentes.
- vii. **Registrar** o papel do poder judicial na promoção da paridade de género através da adopção de abordagens progressistas e baseadas nos direitos, especialmente nos casos em que o direito consuetudinário contradiz os princípios constitucionais, como a primogenitura masculina.
- viii. **Reiterar** o papel influente dos líderes tradicionais na promoção da igualdade entre homens e mulheres, eliminando as barreiras socioculturais, como as práticas culturais restritivas e a violência baseada no género, e promovendo atitudes inclusivas nas suas comunidades.
- ix. **Salientar** a importância de incluir plenamente os jovens nos processos de governação para construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa, reconhecendo a proporção significativa de jovens na população da região.
- x. **Reiterar** a necessidade de se concentrar nas mulheres com deficiência, reconhecendo as suas múltiplas formas de discriminação que impedem a sua inclusão social, económica e política.

Sobre a luta contra o Casamento Prematuro e a violência baseada no género entre os jovens através de legislação e programas de educação:

- i. **Apelar** a uma maior sensibilização para a transposição da Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Prematuro, sanções mais rigorosas para os infractores, leis mais fortes sobre o casamento prematuro e a descriminalização do aborto para garantir que as mulheres e as meninas tenham autonomia sobre as suas decisões de saúde reprodutiva.
- ii. **Instar** à realização de mais campanhas de sensibilização para desafiar práticas culturais prejudiciais, envolver os líderes locais na mudança de normas e envolver os jovens como defensores contra o casamento prematuro e a violência baseada no género, equipando-os para promover a igualdade de género e a educação pelos pares sobre os direitos.
- iii. **Apelar** para à expansão das oportunidades de educação para as meninas, juntamente com programas de competências para vida e de capacitação económica, a fim de reduzir as pressões de casamento prematuro e a vulnerabilidade à violência baseada no género,

promovendo a auto-suficiência e escolhas cientificamente sustentadas.

- iv. **Apelar para a** criação de espaços seguros, ao aconselhamento e ao apoio jurídico para os sobreviventes do casamento prematuro e da violência baseada no género, a fim de assegurar cuidados adequados e a reintegração, tornando simultaneamente os serviços de SDRS e acessíveis aos jovens, em particular nas zonas rurais.

Medidas destinadas a garantir um acesso equitativo das mulheres e dos jovens à educação e ao desenvolvimento de competências:

- i. **Apelar** para a realização de avaliações de impacto regulares, à recolha de dados repartidos por género e a mecanismos de *feedback* para avaliar o acesso à educação e adaptar os programas com vista a melhorar os resultados.
- ii. **Encorajar** a integração de currículos sensíveis ao género, o aumento da proporção de professoras, o estabelecimento de métodos de ensino culturalmente sensíveis e a disponibilização de espaços seguros e de apoio específico para criar ambientes educativos inclusivos para os estudantes marginalizados.
- iii. **Apelar** para a adopção de políticas de educação inclusivas, de leis anti-discriminatórias e de quotas para as mulheres nos programas de educação e de formação profissional, bem como ao lançamento de campanhas de sensibilização para desafiar os estereótipos, promover a igualdade e informar as mulheres e os jovens sobre as oportunidades de educação e de carreira.

Sobre a melhoria da representação dos jovens nos processos de tomada de decisão a nível nacional e regional:

- (i) **Incentivar** a dar prioridade à reflexão sobre o futuro na elaboração das políticas da SADC, a fim de garantir um crescimento inclusivo e a longo prazo, tirando partido de quadros como a Política de Desenvolvimento da Juventude da SADC e o Protocolo sobre Género e Desenvolvimento.
- (ii) **Apelar** a uma acção urgente para abordar questões sobre o emprego dos jovens, a literacia digital e as lacunas de competências, em particular das mulheres, a fim de reduzir as disparidades e promover a igualdade de participação económica em toda a região.
- (iii) **Apelar para** parcerias mais fortes entre os parlamentos, a sociedade civil, as organizações de juventude e os peritos para melhorar a recolha de dados e governação sustentada.
- (iv) **Incentivar** o estabelecimento de políticas que incluam os jovens, a fim de criar vias para a sua participação na tomada de decisões a nível nacional e regional.
- (v) **Instar** os Parlamentos a continuarem a promover plataformas para o diálogo com os jovens e a integrarem as suas vozes nos debates políticos através de fóruns, órgãos consultivos e parcerias intersectoriais.

Sobre iniciativas para reduzir a exclusão digital entre mulheres e jovens, especialmente nas comunidades rurais:

- i. **Instar** os Estados membros da SADC a cumprirem rapidamente os compromissos assumidos em matéria de inclusão digital e a apresentarem relatórios periódicos sobre os progressos realizados, com especial destaque para as mulheres e os jovens.
- ii. **Apelar** à adopção de medidas urgentes para colmatar as lacunas jurídicas e garantir uma orçamentação que tenha em conta as questões de género e da juventude para a expansão das infra-estruturas digitais, em particular nas zonas rurais mal servidas.
- iii. **Incentivar** a formulação de políticas que promovam o acesso à Internet a preços acessíveis através de modelos de preços, subsídios e da criação de centros públicos de Internet segura e acessível.
- iv. **Apelar para a** integração da literacia digital e da igualdade de género nos currículos escolares desde a mais tenra idade, a fim de preparar os jovens para uma participação activa nos espaços digitais.
- v. **Instar para o** desenvolvimento de políticas no domínio das TIC com objectivos específicos em função do género, a fim de reforçar a representação das mulheres e dos jovens na governação digital e de trabalhar com os líderes tradicionais para eliminar as barreiras sociais e garantir a segurança *online*.

A Comissão apresentou as suas desculpas ao Centro Africano de Investigação sobre População e Saúde (APHRC) e ao SAfAIDS, cujas inscrições estavam em lista de espera e não puderam ser apresentadas devido ao excesso de inscrições. Embora lamentável, esta evolução reflecte a crescente popularidade da audiência pública como plataforma de participação dos cidadãos.

Exc. Princess KASUNE
PRESIDENTE

Sr. Sheuneni KURASHA
SECRETÁRIO DA COMISSÃO

8.0 APÊNDICES

APPENDIX I - LISTA DE FUNCIONÁRIOS

- i. Boemo M. Sekgoma, Secretária-geral, Secretariado do FP-, SADC
- ii. Sr. Joseph Manzi, Director de Negócios e Programas Parlamentares, Secretariado do FP da SADC
- iii. Sra. Sheuneni Kurasha, Gestora de Programas e Secretária da Comissão para a Democracia, Governação e Direitos Humanos e GEWAYD, Secretariado do FP da SADC
- iv. Sra. Rachel Mundilo, Gestora de Programas da FANRCJ, Secretariado do FP da SADC
- v. Sr. Masenate Molapo, Gestor de Programas TIFI, Secretariado PF da SADC
- vi. Dr. Moses Magadza, Responsável pela Comunicação Social, Secretariado do FP da SADC
- vii. Sr. Ronald Wandwaai, Funcionário encarregado das TIC Secretariado do FP-, SADC
- viii. Paulina Kanguatjivi, Assistente e Coordenadora Processual, Secretariado do PF da SADC

APÊNDICE II - LISTA DE PERITOS E CIDADÃOS QUE APRESENTARAM OBSERVAÇÕES DURANTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA

<p>Projecto de Quadro Revisto da SADC para Alcançar a Paridade de Género na Política e nos Cargos de Tomada de Decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Observações introdutórias sobre o Quadro revisto - Sra. Phemelo Maiketso, Chefe do departamento do Género, Secretariado da SADC • Perspectivas sobre a Igualdade de Género - Maureen Shonge, Especialista em Política Regional - Participação Política das Mulheres, Mulheres da ONU Mulheres - África Oriental e Austral das Mulheres da ONU • Apresentação do Quadro revisto e da sua Matriz de Implementação - Dr. Makanaka Makonese, Consultor da SADC
<p>Integração da reflexão sobre o futuro na SADC: Aproveitando as Estruturas Existentes para o Desenvolvimento Inclusivo, Mandipa Ndlovu, Pesquisadora de Governação e Conselheira de Prospectiva Estratégica Email: info@mandipandlovu.com</p>
<p>Paridade de género em acção: Medidas Parlamentares para uma Mudança Sustentável - Hilda Macheso, Deputada do Parlamento dos Jovens da África Austral (Malawi) Email: machesohilda@gmail.com</p>
<p>Acesso à educação e ao desenvolvimento de competências para as mulheres e os jovens, orientado pela questão: que medidas podem ser aplicadas para garantir um acesso equitativo à educação e ao desenvolvimento de competências para as mulheres e os jovens? Sra. Ludo Sekga (Advogada de Direitos Humanos) - Centro Africano de Governação, Email: tumelo@africancentregov.org</p>
<p>Papel dos Parlamentos na Implementação do Quadro de Paridade de Género - Sra. Patience Munyenembe, Presidente do Parlamento Juvenil da África Austral (Malawi) Email: munyenembepeshy@gmail.com</p>
<p>Como melhorar a representação dos jovens nos processos de tomada de decisão, tanto a nível nacional como regional? Mulheres da ONU- África Oriental e Austral Email: maureen.shonge@unwomen.org</p>
<p>Quais são as iniciativas que podem reduzir a exclusão digital das mulheres e os jovens, especialmente nas comunidades rurais? - Ompha Tshamano, responsável pelo projecto: Unidade de Expressão, Informação e Direitos Digitais Email: ompha.tshamano@up.ac.za</p>

Medidas para garantir o acesso equitativo à educação e ao desenvolvimento de competências Exc. Antsaniavo Rameliniaina, África Austral e Presidente do Comité Permanente para os Direitos das Pessoas com Deficiência, Género e Desenvolvimento das Mulheres Jovens (Madagáscar) Email: antsaniavo.emergence@gmail.com
Participação política das mulheres em África: Analisando o Barómetro de África de 2024, centrado na região da SADC, Susan Tolmay, Sócia de Gender Links, departamento de Género e Governação, Email: governance@genderlinks.org.za
Abordagem das medidas de interseccionalidade para uma educação equitativa e o desenvolvimento de competências para mulheres e jovens marginalizados - Sra. Fundile Nkala, Deputada da Juventude da SADC (Zimbabué) Email: fundynkala@gmail.com
Voz e escolha: Um futuro seguro e produtivo para as mulheres jovens na SADC - Veronika Haimbili, Vimbai Nyika e Refiloe Harris - Youths at Gender Links
Abordagem do casamento Prematuro e da violência baseada no género entre os jovens - Washington Mumbamarwo, perito em comunicações, SAYOF Email: info.sayof@gmail.com
Medidas para reduzir a exclusão digital para as mulheres e os jovens, particularmente nas comunidades rurais - Sally Ncube, Representante Regional da África Austral, Equality Now Email: sncube@equalitynow.org